

## AUTO DE INFRAÇÃO

### 1. ÓRGÃO FISCALIZADOR

AI/DS/GSB/Nº 004/2018

Nome:

ARSP – Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo

Endereço:

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955, Enseada do Suá – Vitória – ES. CEP 29050-335

### 2. AGENTE AUTUANTE DO ÓRGÃO FISCALIZADOR

Nome:

Kátia Muniz Côco

Matrícula

3096009

Cargo:

Diretora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária

### 3. PRESTADOR DE SERVIÇO AUTUADO

Nome:

Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN

Endereço:

Av. Governador Bley. 186. Edifício Benge. 3º andar. Centro. Vitória - ES

### 4. RESUMO DOS FATOS APURADOS

Na ação de fiscalização da prestação de serviços de esgotamento sanitário em Domingos Martins (Relatório de Fiscalização – RF/DS/GSB/001/2018), frente às constatações do Termo de Notificação TN/DS/GSB/001/2018, após análise da defesa prévia enviada pela Cesan por meio do Ofício nº PR/068/012/2018, conclui-se que as constatações C5.1. C5.2. C5.3. C5.4. C5.5. C5.6. e C5.7 sofrerão a penalidade de ADVERTÊNCIA. Tal penalidade justifica-se por estas constatações apresentarem descumprimento das respectivas portarias de outorga e à Resolução Conama 430/2011. Os fatos apurados pela equipe de fiscalização da ARSP, através da Gerência de Saneamento Básico, estão detalhados no **Anexo I**.

Vitória (ES), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura:

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

O AUTUADO TERÁ O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA DATA DO RECEBIMENTO DESTA AUTO DE INFRAÇÃO PARA APRESENTAR DEFESA, EM OBSERVÂNCIA AOS ARTIGOS 42 A 44 DA RESOLUÇÃO ARSI Nº 01/2009.

## **AUTO DE INFRAÇÃO (AI/DS/GSB/Nº 004/2018) - ANEXO I**

DESCRIÇÃO DOS FATOS OU DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS INFRAÇÕES, A INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS OU CONTRATUAIS INFRINGIDOS E AS RESPECTIVAS PENALIDADES.

### **1. DOS FATOS**

No dia 12/12/2017 a equipe da Gerência de Saneamento Básico (GSB) fiscalizou as instalações da CESAN no município de Domingos Martins. Foi vistoriado o Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do referido município.

Além dos dados enviados previamente pela CESAN, a equipe de fiscalização utilizou-se de formulários específicos para aquisição de dados (checklists). As informações foram obtidas através de entrevistas com colaboradores do prestador de serviços, observações in loco e cópias de documentos.

Os resultados da fiscalização foram apresentados no Relatório de Fiscalização RF/DS/GSB/001/2018, que gerou o Termo de Notificação TN/DS/GSB/001/2018. Estes foram enviados à CESAN, no dia 25/01/2018, através do Ofício OF/ARSP/DG Nº020/2018. Após, a CESAN enviou defesa, para solução das constatações contidas no Termo de Notificação, no dia 15/02/2018, através do Ofício nº. PR/068/012/2018. Além disso, apresentou relatório fotográfico como comprovação de atendimento às constatações C1, C2.1, C2.2, C2.8, C2.13, C3, C4.1, C4.2, C6.4, C6.2, C6.3, no dia 25/06/2018.

A fim de analisar as informações e evidências encaminhadas pela Cesan e atender à solicitação do Ministério Público, foi realizada análise da situação atual das constatações, considerando também a realização da vistoria de acompanhamento do dia 04/07/2018.

### **2. DA INFRAÇÃO**

As constatações C5.1. C5.2. C5.3. C5.4. C5.5. C5.6. e C5.7, descritas abaixo, apresentaram descumprimento das respectivas portarias de outorga e à Resolução Conama 430/2011.

#### **C5:**

**C5.1.** A ETE de Domingos Martins (Sede), de forma geral, não está respeitando a concentração máxima de DBO no efluente lançado (Anexo I), conforme estabelecido na Portaria de Outorga Nº 898 de 22 de novembro de 2010.

**AUTO DE INFRAÇÃO (AI/DS/GSB/Nº 004/2018) - ANEXO I**

DESCRIÇÃO DOS FATOS OU DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS INFRAÇÕES, A INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS OU CONTRATUAIS INFRINGIDOS E AS RESPECTIVAS PENALIDADES.

**C5.2.** A ETE de Santa Isabel, de forma geral, não está respeitando a concentração máxima de DBO no efluente lançado (Anexo II), conforme estabelecido na Portaria de Outorga Nº 425 de 19 de maio de 2010.

**C5.3.** Materiais sedimentáveis da ETE de Santa Isabel: os meses de janeiro de 2014, agosto de 2014, novembro de 2015, janeiro de 2016, abril de 2016 e julho de 2016 apresentaram valores em desacordo ao estabelecido pela Resolução Conama 430/2011 (Anexo II).

**C5.4.** A ETE de Vila de Pedra Azul, de forma geral, não está respeitando a concentração máxima de DBO no efluente lançado (Anexo III), conforme estabelecido na Portaria de Outorga Nº 371 de 06 de outubro de 2008.

**C5.5.** Materiais sedimentáveis da ETE Vila de Pedra Azul: os meses de abril de 2015 e julho de 2016 apresentaram valores em desacordo ao estabelecido pela Resolução Conama 430/2011 (Anexo III).

**C5.6.** A ETE de Vivendas de Pedra Azul, de forma geral, não está respeitando a concentração máxima de DBO no efluente lançado (Anexo IV), conforme estabelecido na Portaria de Outorga Nº 18 de 08 de março de 2013.

**C5.7.** Materiais sedimentáveis da ETE Vivendas de Pedra Azul: os meses de outubro de 2014, maio de 2016 e dezembro de 2016 apresentaram valores em desacordo ao estabelecido pela Resolução Conama 430/2011 (Anexo IV).

**NC5.** Não atendimento ao Artigo 8º da Resolução ARSI nº008/2010, às respectivas portarias de outorga e à Resolução Conama 430/2011.

## **AUTO DE INFRAÇÃO (AI/DS/GSB/Nº 004/2018)**

### **ANEXO I**

DESCRIÇÃO DOS FATOS OU DOS ATOS CONSTITUTIVOS DAS INFRAÇÕES, A INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS OU CONTRATUAIS INFRINGIDOS E AS RESPECTIVAS PENALIDADES.

Portanto, em consonância com o art. 43 da Lei federal 11.445/2007, o art. 52 da Lei Estadual nº 9.096/2008, art. 6º da Lei federal nº 8.987/1995, art. 7º da Lei estadual nº 5.720/1998 e o contrato de programa firmado entre o Estado do Espírito Santo, o Município de Domingos Martins e a CESAN, com interveniência da ARSP, os serviços prestados pela CESAN no município de Domingos Martins devem satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, eficácia, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

Todavia, conforme constatações discriminadas no bojo do presente auto de infração, observa-se que os serviços públicos não estão sendo prestados nas condições estabelecidas nas respectivas portarias de outorga e na Resolução Conama 430/2011, configurando uma inadequada prestação do serviço por parte da CESAN, por não satisfazer, principalmente, as condições de eficiência.

Logo, em conformidade com o art. 29, caput e incisos I e II, da Lei Federal nº 8.987/1995, o art. 29, caput e incisos I e II, da Lei Estadual nº 5.720/1998, do art. 87 c/c 124 da Lei Federal nº 8.666/1993 e o referenciado contrato de programa, a ARSP, por delegação do titular do serviço público, vem, por intermédio do presente auto de infração, cientificar a esta prestadora de serviço a aplicação da penalidade de advertência.

### **3. DA PENALIDADE**

Advertência.